

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
As lutas camponesas no segundo pós-guerra italiano: o primatobolonhese			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Elena Schembri	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Mestranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Com o fim da ditadura fascista, os camponeses italianos tomam novamente a iniciativa política e passam a se organizar de maneira variada, apresentando demandas às vezes diferentes entre o Norte e o Sul do país, respeitando as peculiaridades de cada região. Tema central do presente artigo serão as lutas camponesas ocorridas, em modo particular, no bolonhese, área historicamente conhecida como “La Rossa”, que sempre se distinguiu pela força política do seu proletariado e pela predominância de idéias socialistas, comunistas e anarquistas. A luta de Resistência contro a repressão fascista e a ocupação nazista, combatida fortemente naquela região, criou entre os camponeses uma ligação de solidariedade e permitiu elaborar e implementar teorias e práticas que pediam uma mudança na condição do campesinato, propostas muitas avançadas se comparadas ao contexto nacional. Em 1944 surgiram as primeiras mobilizações camponesas de massa contra o regime: nasceram vários Comitês sindicais de base nos campos, foi reconstituída a Federação dos Trabalhadores da Terra e em 1947, no Vale Padana, ocorreu a primeira grande greve do pós-guerra, resultado das lutas dos meses anteriores em Bolonha. No mesmo ano, a reorganização da vida democrática levou os partidos a assumir um papel central na transição do país para a constituição da República, fato que, de acordo com alguns autores, conduziu a um enfraquecimento das reivindicações mais radicais e sua redução à demandas pela reforma dos pactos agrários.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimentos camponeses italianos; Segundo pós-guerra; Bolonha			
ABSTRACT			
<p>With the end of the Fascist dictatorship, the Italian peasants take back the political initiative and start to organize themselves in different ways, presenting demands sometimes different between the North and the South of the country, that reflected the peculiarities of each region. In this article we will focus our attention on the peasant struggles occurred, in particular, in the Bolognese, area historically known as "La Rossa", which had always been characterized by the political strength of its proletarian classes and the predominance of socialists, communists and anarchists ideas. The struggle of the Resistance against fascist repression and nazist occupation, fought heavily in the region, created a strong solidarity between the peasants and allowed to develop a series of ideas to change the condition of the peasantry very advanced if comparade to the rest of the country. In 1944 appeared the first mass peasants mobilizations against the regime: after that emerged several basic trade union committees, the Federation of Land Workers was reconstituted and, in 1947, in the Padana Valley, occurred the first major strike after the war, result of the previous struggles in Bologna. In the same year, the reorganization of democratic life led parties to assume a central role in the country's transition to the constitution of the Republic, a fact which, according to some authors, weakened the more radical claims and reduced them to simples demands for agrarian reform.</p>			
KEYWORDS			
Italian peasants movements; Second Wolrd War; Bologna			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

Para introduzir o tema das lutas camponesas italianas é necessário, primeiro, observar que as reivindicações erupcionadas e desenvolvidas em diferentes províncias e regiões do país surgiram em um complexo e variado panorama econômico, político e social, bem como demonstram os diversificados métodos de ação e de luta. Dada a impossibilidade de reduzir este tema multifacetado em poucas páginas, no texto a seguir iremos analisar em particular uma região setentrional, a Emilia-Romagna, e mais especificamente a província de Bolonha, lugar onde a memória das lutas anteriores, a densidade excessiva da população rural, também devido à recusa de emigrar, e a consciência política arraigada, fizeram-lhe um território de avant-garde nas reivindicações do campesinato.

Esta área, historicamente conhecida como “La Rossa”, sempre distinguiu-se pela força política do seu proletariado, seu secularismo, incomum em um país católico como a Itália, e para a predominância de idéias socialistas, comunistas e anarquistas. Embora, no início do 1900 a organização de ligas camponesas e sindicatos se formou tardiamente em comparação com outras cidades do Norte, logo conheceram um desenvolvimento rápido e sadio. Propriamente em Bolonha, em 1901, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional da terra onde se reuniram mais de 700 ligas camponesas provenientes de toda a península, que deu à luz a Federação nacional dos trabalhadores da terra (Federterra), a qual constará *braccianti*¹, assalariados agrícolas, *mezzadri*², arrendatários e pequenos agricultores que trabalhavam a terra diretamente. Neste primeiro projeto de união das várias figuras de trabalhadores que compõem o diversificado campo italiano, confrontaram-se imediatamente duas facções: uma reformista e uma outra socialista. O debate se inflamou sobre a questão do voto e do compromisso de criar seções separadas, com organizações de tipo resistente e cooperativas, através da emenda proposta pelo socialista Reina. A Emenda Reina afirmava que para ser sócio da Federação nacional dos trabalhadores da terra, era necessário aceitar «como última finalidade, a coletivização da terra como um dos principais meios de produção», «afirmação socialista» do Congresso de Bolonha, que deu vida a numerosas polêmicas e que causou a separação entre os delegados republicanos (PROCACCI, 1972, p. 125).

|O trabalhador agrícola do Vale Padana era muito diferente daquele do Sul da Itália. De fato, ele não era um camponês sem terra, ou seja, um ex camponês que aspira a voltar a ser proprietário. O trabalhador da Vale Padana operou uma ruptura com o mundo camponês e está consciente de que

1 Operário empregado em trabalhos para os quais é suficiente a força dos braços. O *bracciante* agrícola é o trabalhador da terra empregado em operações que não exigem conhecimento técnico especial (por exemplo, a coleta de produtos, limpeza de terreno e semente, movimentos de terra com instrumentos de mão), e muitas vezes é um assalariado adventício que está envolvido na empresa agrícola para o desempenho do trabalho sazonal (debulha) ou para a execução de obras para melhorar o terreno Fonte: <http://www.treccani.it/vocabolario/bracciante/>.

2 Mezzadro é quem cultiva o poder de um padrão segundo o contrato de “mezzadria”, ou seja, um sistema de condução de um contrato agrário onde o dono de uma terra, o concedente, e o chefe de uma família colona, o mezzadro, se associam para cultivar juntos e dividir os produtos em percentuais iguais ou pouco diferentes.

não existe alguma possibilidade de voltar ao passado. Muitas vezes ele ou seus familiares são “nômades”.

«Toda a experiência do trabalhador agrícola e toda a sua vida são uma prova de que o processo de transformação da paisagem e das relações sociais que se desenvolvem dia a dia sob seus olhos são fenômenos irreversíveis e que o velho equilíbrio do “cosmo camponês” no qual se agarram o mezzadro e o pequeno proprietário está definitivamente declinando» (*idem*, p. 85).

O camponês não acredita mais na providência: poderá procurar uma evasão na esperança de uma revolução e ele escutará ou o orador socialista, ou o reformador religioso. O retorno à família e ao sistema de costumes do mundo camponês não lhe parece mais possível e nem desejável. Em tal condição, há mais precariedade, mas também menos ilusões e misoneísmo. Nasceu uma consciência de classe que reconhecia que as relações podem ser mudadas em vantagem dos trabalhadores através da solidariedade dos companheiros de trabalho e por meios das lutas. «Aquilo que essencialmente diferencia o trabalhador rural do “camponês sem terra” é exatamente o seu diverso e o seu comportamento sindical mais intenso, a sua maior consciência de classe» (*idem*, p. 85).

Após uma crise inicial, devida a dura reação dos patrões, em 1904 a sede da Federterra foi transferida de Mantova para Bolonha. Será conduzida por uma mulher durante vários anos, Argentina Bonetti, sindicalista socialista, protagonista na organização das ligas no Bolognese, que as cartas da polícia não hesitaram em chamar de “sua obra”, e promotora das ligas das mulheres e do projeto Kuliscioff³. Figuras centrais no campo da Emilia no início do século XX foram os *mezzadri*, agricultores com um contrato que previa a divisão de produtos com o proprietário que dava em concessão o terreno, os quais representavam sujeitos ao risco de *bracciantizzazione* e precarização, razões que levou-os a partilhar muitas das reivindicações feitas pelos *braccianti*. Apesar da permanência de elementos de conflito entre estes atores diferentes, ambos compreenderam que apenas a união lhes permitiria atingir determinados objetivos. Esta consciência levou-os a assinar, em 1921, um novo pacto do colonato, que incluía uma alocação mais favorável aos *mezzadri* e melhores tarifas para os *braccianti*, o chamado Concordado Paglia-Calda, dos nomes de Calisto Paglia, presidente dos agrários e Alberto Calda, advogado da Federterra. Este acordo foi imediatamente contrariado pelos fascistas, como deram prova as *squadre nere* que no mesmo dia da decisão apareceram armadas em localidades próximas de Bolonha (San Lazzaro e Ozzano) (ARBIZZANI, 1957, p. 20). Para oferecer uma ideia das lutas do início do século, relatamos as palavras da autora Carla Forti:

«No clima do primeiro pós-guerra as lutas se intensificaram alcançando em 1919 níveis de intensa mobilização. Eram organizadas pelas ligas *mezzadrili* seja “brancas” que “vermelha”. As primeiras colocavam [também] a questão da transformação da *mezzadria* em arrendatamentos, as segundas focavam-se na

3 Projecto de lei para a proteção do trabalho infantil e feminino, apresentado ao Parlamento pelo Partido Socialista, aprovado em 1902 como Lei Carcano, n° 242.

reforma do pacto de *mezzadria*, porque o seus horizontes ideológicos previam a socialização da terra, não a pequena propriedade» (FORTI, 2004, p. 23)

Com o estabelecimento do regime fascista, foram dissolvidas as Câmaras do Trabalho (Camere del Lavoro), organismos sindicais que tinham desempenhado um papel central nas lutas do início do século e à qual foram amarrados *mezzadri*, *braccianti* e pequenos proprietários. Numerosos foram os presos, não apenas em Bolonha, de sindicalistas, socialistas, comunistas e anarquistas ou de simples camponeses que se opunham à polícia ou às decisões do governo. Mussolini e seus ministros impuseram para a agricultura um plano econômico chamado de “Batalha do Trigo”: tal política visava a primazia da agricultura e da auto-suficiência na produção de grãos, um forte protecionismo e, portanto, a restauração de altas taxas alfandegárias. O objetivo destas escolhas políticas era produzir a disponibilidade mais ampla possível de calorias a baixo custo e consequentemente, a qualidade resultava evidentemente menos nobre:

«Desta forma, a política econômica e social do fascismo, longe de eliminar as causas históricas da falta geral de substâncias alimentares que afetava grande parte do povo italiano, veio a agravá-las, colocando em concorrência homens e animais na divisão de produtos vegetais sempre insuficientes e caros, com o resultado que a sofrer não foram apenas as largas massas sobretudo camponesas, em primeiro lugar meridionais, condenadas a uma alimentação tão pobre como carente, totalmente desprovida de proteínas nobres, mas teve de sofrer as mesmas perspectivas de desenvolvimento da pecuária nacional com consequentes prejuízos graves para o potencial de crescimento mais geral da economia agrária, considerada como um todo» (PRETI, 1982, p. 32).

Ao contrário de outros países europeus, a Itália procedeu a o que o autor Vöchting denominou de “ovelhas de abate”, ou seja, uma estratégia econômica que não se preocupou minimamente em proteger os interesses da pecuária, que, no entanto, foi gradualmente substituída pela produção de cereais. Estas escolhas puseram em marcha um processo complexo «de diferenciação e seleção econômica em diferentes áreas geográficas do país, alargando de um modo particular a já profunda lacuna que existia entre a economia agrária do Norte e aquela do Mezzogiorno» (*idem*, p. 35). As escolhas políticas e econômicas adotadas pelo regime, a crise de 1929 e 1930 e, mais tarde, a entrada em guerra ao lado de Hitler, levaram o campesinato Emiliano, desde as iniciais dicas ditatoriais, a posicionar-se contra o fascismo. Em particular, o empobrecimento dos agricultores, a deterioração dos pactos agrícolas, a diferença entre o preço de produtos industriais em relação aos produtos dos campos, o aumento de impostos fiscais e sindicais, os impactos negativos sobre o gado e a questão do trabalho de assentamento de terra, foram a causa das agitações em Bolonha no lado da classe operária. Nestas mobilizações populares os interesses específicos de classe foram subordinados à oposição geral contra os abusos, o conferimento obrigatório dos produtos agrícolas aos consórcios instituídos pelo regime, a carência de comida, a chamada ao serviço militar na Alemanha também para quem tinha um emprego estável:

«Na Emilia “a evolução no sentido capitalista da mezzadria é realizada (...), através de um processo de diferenciação das empresas *mezzadrili*”, que encontram uma saída dual, ou na formação de empresas mais avançadas e ricas, ou, e este era o caso a massa dos *mezzadri*, em uma progressiva semi-proletarização privando o agricultor dos meios fundamentais de produção, ligando-o ao proprietário capitalista só através de uma relação de compartilhar o produto» (MARCHETTI, 1976, p. 2-5).

Muitas das posições alcançadas com as lutas agrárias dos anos 1920, no chamado “biênio vermelho”, foram perdidas pelos colonos durante a ditadura: foram, por exemplo, restauradas as “regalie”, prestações gratuitas de obras no fundo do dono da terra, antes a pagar pelo senhorio. Mesmo as famílias *mezzadrili* sofreram muito pelas obrigações impostas pelo regime: em uma tentativa de economizar a mão de obra necessária para os trabalhos agrícolas, foram obrigados a jornadas de trabalho extenuantes e de acordo com o pacto fascista, parte do fundo excedente era dado em coparticipação aos adventícios agrícolas⁴ sem qualquer compensação. «No Bolonhese, a condução de *terzeria*, para usar um termo impróprio, abrange as áreas da Baixa [Padana] através da formação de *braccianti* compartilhadores», trabalhadores dependentes remunerados com uma parte do produto (*idem*, p. 2). Com o fascismo, se voltou para a pulverização das lutas que lembravam as modalidades de ação da virada do século, quando muitas vezes os resultados obtidos através das greves teve um caráter limitado, por vezes restrito a uma única empresa (DONDI, 2005, p. 97).

Na luta de resistência à ditadura, porém, que se expressou nas reivindicações por oito horas de trabalho, na demanda de liberdade efetiva de organização e dos serviços de emprego gerido por sindicatos livres, «socialistas, democratas-cristãos, liberais, acionistas, juntaram-se ao movimento comunista que nunca abdicou da sua função de esclarecimento e da presença ativa no campo concreto da luta» (GELLI, 1966, p. 8). Entre o dia 8 de setembro de 1943, a data do anúncio à população italiana do armistício com os Aliados e da fim da aliança militar com a Alemanha, e o dia 25 de abril de 1945, quando os soldados alemães foram forçados a se render, a Itália foi atravessada pelo movimento chamado de Resistência. Em 9 de setembro de 1943, um dia depois do armistício de Cassibile, surgiram em várias regiões, especialmente no centro-norte, os chamados Comitês de Libertação Nacional (CLN)⁵ contra a ocupação alemã e as forças colaboracionistas da República fascista de Salò. Em torno destes grupos se reuniram forças anti-fascistas de matriz política diferente, como comunistas, liberais, católicos.

4 Trabalhadores agrícolas assalariado, diaristas ou por tempo determinado.

5 «A CLN (Comitês de Libertação Nacional) eram organizações políticas anti-fascistas surgidas para promover e coordenar a Resistência contra o fascismo a partir do setembro de 1943. Durante a guerra, na Itália ocupada pelos alemães, operaram na clandestinidade. Após a libertação continuaram a exercer várias funções de controle democráticos sobre as instituições e a vida pública. Havia CLNs municipais, provinciais e regionais, e havia a Roma o central (CCLN), no qual eram representados em modo paritário os seguintes partidos: democrata trabalhista, comunista, socialista, liberal democrata. A CLN desfez-se em outubro de 1946, depois de ter estabelecido a Assembléia Constituinte eleita por sufrágio universal na Itália, em junho de 1946. Imediatamente após a libertação, nos diversos municípios foram à CLN, de acordo com o prefeito e/ou com os Aliados, para indicar prefeitos e membros dos conselhos locais. Em março de 1946 foram realizadas as eleições locais e se estabeleceram os conselhos municipais eleitos os quais elegeram o prefeito e vereadores» (FORTI, 2004, p. 25).

A luta de Resistência ligou os camponeses na conspiração, na ação de solidariedade e de apoio armado e na afirmação social. No caso dos *mezzadri*, a mobilização «na luta armada é realizada durante um projeto de renegociação dos contratos. Tomam, assim, forma três atividades que entram em conexão: o trabalho, o apoio ao movimento de Resistência, a reivindicação sindical» (DONDI, p. 99). Na Emilia, tais experiências resultaram particularmente evidentes para a tradição política, a duração da ocupação nazista e as atividades de líderes capazes. Desde o início entre os homens e mulheres que aderem à Resistência surge como argumento lidar com a questão da relação entre *braccianti*, *mezzadri* e as camadas intermediárias. Na historiografia, isto explica a força da mobilização anti-fascista e anti-nazista na região, desconhecida em outros lugares do país. Com a liberação, o movimento camponês emiliano têm ideias claras e propostas que se tornarão referência a nível nacional (ZANGHERI, 1977, p.23).

A Emília foi uma região onde a intensa e extensa luta de resistência aproveitou da tradição organizacional das ligas camponesas e da organização sindical das Câmaras do Trabalho, contra a qual, de fato, os esquadrões fascistas se desencadearam a partir de 1920 (ARBIZZANI, 1966, p. 17). Durante a luta armada conduzida para a libertação do país, é possível distinguir duas fases distintas: a primeira é

«aquela a partir de setembro de 1943 a setembro de 1944, marcada pela formação e ação de organizações de base, ou seja, os Comitês de Agitação operária e dos Comitês de Defesa dos Camponeses; e, uma segunda, aquela que abrange o período que começa de outono de 1944 - quando é fundada a Câmara Confederal do Trabalho unitária de Bolonha – até abril de 1945, durante o qual o a atividade do corpo sindical provincial se faz mais consecutiva e múltipla» (*idem*, p. 24).

O Partido Comunista que aspirava conquistar aquelas massas camponesas da Emilia, de acordo com a sua realidade social predominantemente rural, apontava para a criação de novas alianças em termos de luta social, segundo as indicações gramscianas e sobre o exemplo do pacto Paglia-Calda do 1920. O objetivo deste programa era de superar as divisões de classe dentro do campesinato, abandonando o velho reformismo socialista e o contraste entre o proletariado rural e a classe média, especialmente com os *mezzadri*. Nesta perspectiva, os comunistas se colocaram como mediadores entre as forças camponesas, contando com um descontentamento objetivo e aproveitando a ascendência dos socialistas no campo Bolonhese que reaviveram a continuidade com o passado, qual era suportada historicamente pela presença de *ex-capolega* como o socialista Giuseppe Bentivoglio e o anarquista Luigi Fabbri (MARCHETTI, 1976, p. 3).

Em 1944 explodiram as primeiras mobilizações camponesas de massa, as quais deram início às greves das *mondine*⁶ e dos *braccianti*, até as sabotagens da debulha, a recusa do conferimento obrigatório dos produtos agrícolas e as agitações dos *mezzadri* do verão e do outono. Objetivos

6 Opérarias dos campos de arroz para a capina do arroz.

destas últimas greves era aquilo de renegociar as porcentagens da divisão do produto com o proprietário, sem restabelecer formalmente os contratos do 1920. Sob a pressão do movimento de Resistência, muitos fazendeiros foram forçados a aceitar as demandas dos *mezzadri*, mas a transformação dos pactos agrários e das relações no campo não era bem vista pelos membros mais moderados da CLN, como os liberais e os democratas-cristãos, que representavam as posições dos proprietários. Exatamente o pedido de Bentivogli de reintroduzir o acordo de 1920 achou a oposição destas fações e vê os comunistas mediar entre as duas posições. Graças ao sucesso da ação *mezzadrile* é contudo obtido, para o ano agrícola de 1944, um novo acordo elaborado em Medicina e progressivamente alargado a toda a província, que prevê a repartição com a atribuição do 60% em favor do *mezzadro* para o trigo e do 65% para as culturas industriais, remetendo a discussão do assunto para o depois da libertação. Também foram «abolidos os custos suportados pelo colono, suprimidas as honras e se pediu uma compensação para os membros da família ausentes desde 1942 devido à guerra ou ao trabalho na Alemanha» (DONDI, 2005, p. 105).

Surgiram vários Comitês sindicais de base nos campos, na qual «transfundida-se toda a experiência do passado sindicalismo e a consciência da ligação estreita entre a organização e a luta para a derrota do nazi-fascismo». O resultado desses movimentos é também evidente na participação dos camponeses na luta pela libertação nacional, que, também quando mantém-se fora do movimento partigiano oferece de qualquer forma um apoio indispensável e uma rede de solidariedade entre as famílias camponesas. Em novembro do mesmo ano, foi constituída uma organização sindical unitária pela vontade dos representantes comunistas, socialistas, democratas-cristãos, acionistas republicanos e anarco-sindicalistas, com o nome de Câmara Confederal do Trabalho, que visava à reorganização de Federações de profissões e de várias Comitê de categoria (ARBIZZANI, 1966, p. 27-29).

Imediatamente, em Bolonha, foi reconstituída a Federação dos Trabalhadores da Terra (Federterra depois Confederterra), com base unitária e de acordo com as diretrizes estabelecidas com o Pacto de Roma, o que provocou o alarmismo entre as filas republicanas fascistas que governavam o norte da Itália. Em 23 de Dezembro foram anunciados no número único do jornal *Avanti!-l'Unità*, o novo programa-manifesto elaborado de comum acordo entre o Partido Comunista e o Partido Socialista de Unidade Proletária da Emilia-Romagna. Note-se que, embora em anos anteriores, a imprensa comunista avançava propostas de abolição dos contratos fascistas, o movimento *mezzadrile* não se orientou neste sentido, mas se limitou ao pedido de «uma distribuição mais justa dos custos e dos produtos, tornadas necessárias pela crescente diferença entre produtos agrícolas e industriais, e por o aumento de despesas para a mão de obra, como a Federterra mesma sublinhava». Esta previa a melhoria geral da repartição dos diversos produtos e, ao mesmo tempo, a ação de massas salientada neste contexto podia refletir ou contribuir para uma aspiração implícita à

posse da terra, que o fascismo mesmo tinha iludido primeiro e depois decepcionado (MARCHETTI, 1976, p. 7).

A atividade da Federterra era destinada a coordenar e equilibrar as pressões reivindicativas locais, reconhecendo como estratégia de ação a descentralização da luta proposta pelos comunistas, contrários a um "retorno à origem" da forma organizacional – planteada no modelo adotado no 1920 e desejado pelos socialistas –, ao fim de superar o contrato fascista através de um impulso da base mais combativa que respondesse as particulares realidades locais. Os mesmos comunistas propuseram a manutenção do contrato previsto no Acordo Paglia-Calda para a especificação da alocação de produtos e despesas, atualizando-a para a nova situação econômica determinada pela guerra e pelas novas técnicas introduzidas no processamento agrícola (*idem*, p. 8). O conjunto reformador parece não conseguir propor uma transformação social com novas diretrizes produtivas, mas apenas propõe melhorias individuais. O principal objetivo das táticas políticas daqueles anos era alcançar a união em uma única categoria de *braccianti*, *mezzadri*, pequenos arrendatários, incluindo, pela primeira vez, até mesmo os pequenos proprietários, que ficaram de fora do acordo de 1920, e que o fascismo foi capaz de aproveitar. Se no Congresso de Bolonha em 1919 a Federterra aprovou uma moção que incluía a abolição da propriedade da terra e sua socialização, em 1945, no entanto, a nova palavra de ordem se torna a da “terra a quem a trabalha” e a perspectiva se torna aquela de combater contra o único inimigo de classe, isto é, o grande proprietário» (DONDI, 2005, p. 100-101).

«Alguns dos pedidos iniciais dos pactos de Medicina são abandonados para a intervenção da Federterra em 1945, como aquela que impõe os custos de produção suportados pelos proprietários, deixando o assunto para os comitês de camponeses que deverão se regular de acordo com os lucros e as produções, mas sem estabelecer critérios precisos. Outra solicitação, contida nos pactos de Medicina, e retirada na véspera da libertação, é o subsídio para os membros da família ausentes» (*idem*, p. 106)

Os proprietários rurais aguardam a chegada dos aliados para mudar o equilíbrio da força militar em uma situação de poder mais favorável para eles. Nos últimos meses da guerra e do pós-guerra, de fato, no campo Bolognese, o ódio de classe macerado contra a propriedade da terra, muitas vezes leva a ações violentas contra os agricultores:

«Na figura do agricultor se combinam as questões de longo prazo (os esquadrões fascistas, o fim dos direitos sindicais, a dissolução das cooperativas) com os confrontos do presente (a guerra civil, a reintegração dos antigos convênios, a restituição dos ganhos ilícitos). Neste sentido, para os trabalhadores da terra, o proprietário tende a incorporar tudo o que se combate do inimigo: o fascismo com as suas denúncias décimou e aterrorizou a comunidade recorrendo à mão alemã, o inimigo da classe que ainda mais durante o fascismo explorou, empobreceu e impôs seu próprio domínio» (*idem*, p. 106-107).

Entre o final de 1946 e início de 1947 em Bolonha formaram-se a Federmezzadri, a

Federbraccianti e a Coldiretti (Confederação Nacional Cultivadores Diretos), a, como parte da Confederterra, enquanto, a nível nacional surgiram um ano depois. Em maio de 1947 o Lodo de Gasperi sobre as repartições dos produtos nos contratos de mezzadria é transformado em lei e em dezembro do mesmo ano, reúne-se a Constituinte da terra em torno das figuras de Grieco – um dos fundadores do Partido Comunista em 1921 e encomendado pelo próprio Gramsci para organizar a seção agrária do partido – e Miglioli – católico expulso do Partido Popular em 1924 e ao qual a DC lhe recusou a filiação em 1948. Em maio de 1948, a Confederterra denunciou que o Lodo não era aplicado em 25 províncias: ocorreram greves de *braccianti* e *mezzadri* em Emilia, de *braccianti* na Vale Padana e de *mezzadri* em Toscana. A primeira grande greve do pós-guerra ocorreu na Vale Padana do dia 8 até o dia 20 setembro de 1947, resultados das lutas dos meses anteriores em Bolonha, e na qual também a Coldiretti, de matriz democristã, assegurou trabalho necessário, solidariedade e apoio aos trabalhadores. Além de reivindicações relativas a salários, subsídios, horários de trabalho e de emprego, eles lutavam para o reconhecimento dos conselhos de empresa para garantir aos trabalhadores o controle dos planos de cultivo e investimentos (ZANGHERI, 1977, p. 25).

Após a libertação da Itália, houve aumentos significativos nos salários devido ao enfraquecimento das organizações de empregadores, aos interesses do governo e dos aliados para evitar interrupções de produção e lucros elevados nas empresas. Só com o primeiro congresso provincial da Federterra em agosto de 1945, levantou-se a questão dos centros de emprego (ZANGHERI, 1977, p. 24). O ano de 1947 é considerado de transformação: a reorganização da vida democrática no período do pós-guerra foi protagonizada e voltou a ser mediada pelos partidos. Naquele ano a Confederterra declarou aos partidos de ter a intenção de se concentrar em questões de caráter particular, deixando à Constituinte questões de reforma. Em 21 de dezembro, a Assembleia Constituinte da terra exige uma limitação geral da propriedade da terra, mas naquele momento de crise da coalizão anti-fascista e de ataque aberto aos empregadores, os sindicatos perderam sua influência política; tudo isto se explica também com a mudança na orientação geral dos partidos políticos e das relações internacionais, sobretudo com os Estados Unidos (*idem*, p. 33).

O Centro de emprego sindical (Collocamento sindacale), bandeira das lutas sociais já após a Primeira Guerra Mundial, em condições de fundo semelhantes ao segundo pós-guerra – desemprego dos *braccianti*, falta de emprego de capitais, orientação produtiva estática – funcionou desde seu início como uma ferramenta para não dividir os trabalhadores e fortalecer o sindicato. A criação de divisões públicas de emprego (*uffici di collocamento pubblici*), disposta pelo governo, que visava exatamente minar o monopólio sindical na organização das massas trabalhadoras, travou uma luta dura. Em setembro de 1948, a Federbraccianti propôs a eleição direta em cada município do escritório para o emprego por parte dos trabalhadores perante a lei entrou em vigor. No Norte havia

em alguns casos a eleição do funcionário do Centro de emprego (*collocatore*), graças também às administrações municipais governadas pela esquerda, enquanto que ao sul é feita apenas em alguns casos e, em geral, em alguns lugares esta prática foi vista como atrasada. O tema das agências de empregos públicas era uma questão de poder na qual eram resumidas todas as lutas agrárias desses anos (ZANGHERI, 1977, p. 28) Na frente da maioria parlamentar democrata-cristã, foi obtido que a colocação de Estado fosse acompanhada por um comitê consultivo composto por uma maioria de trabalhadores. De acordo com Di Vittorio, político, sindicalista, anti-fascista italiano, este compromisso representou «um passo para trás para algumas províncias avançadas da Emília», mas «um passo em frente para o resto da Itália», e especialmente no Sul, onde ainda havia a colocação de praça (TORTORETO, 1967, p. 268).

A idéia do estudoso Emilio Sereni sobre o assunto é que concentrou-se muito para resolver os problemas na área onde mais pesavam os resíduos feudais do regime fundiário e agrário, o que permitiu a atenuação das lutas mais avançadas para a terra, reduzindo as lutas mais radicais à demanda por reforma dos pactos agrários. O objetivo de cada luta pela reforma agrária deve ser, conforme o autor, definido como o tempo de abordagem para a luta pela conquista da terra por aqueles que nela trabalham. Segundo Zangheri, os eventos de 1949 confirmaram esse julgamento: as reivindicações da grande greve dos *braccianti* em maio-junho 1949 envolvia questões diferentes, mas nenhuma tocava as relações de empresa e nem colocava a questão de uma reforma geral (ZANGHERI, 1977, p. 30).

As manifestações de rua e de protesto contra as decisões dos governos não diminuíram nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial e, de fato, são reconhecidas como as lutas camponêsas mais poderosas do século XX. Infelizmente, nem mesmo a repressão estatal conheceu uma fim: de fato, a violência da polícia contra pessoas pertencentes a sindicatos vermelhos, identificados como comunistas ou anarquistas, e manifestantes que exigiam melhorias, foram perseguidos. A Polícia do Estado, reorganizada pelo renomado Ministro do Interior Scelba, com o departamento da Celere, unidades especiais motorizadas, interviu em centenas de protestos atirando contra os manifestantes e prosseguindo a numerosas detenções. Com a queda do fascismo, a Itália não experimentou uma paz verdadeira à qual muitos aspiravam. Subsídios e restrições dos EUA, e as políticas do governo democrata-cristão, o clima da Guerra Fria, levaram a o que Luciano Romagnoli define nos seguintes termos:

«Os proprietários tentaram disfarçar a crise geral da agricultura, que é uma crise de estrutura, como uma crise conjuntural para justificar suas políticas reacionárias. Sua operação se é revelada claramente nestes anos. A partir da afirmação fraudulenta de crise econômica os agrários têm tentado mostrar que suas empresas estavam em dificuldades por causa dos custos elevados, devido ao peso das contribuições para ónus social, a renda tributável, salários e contribuições para a segurança social para lançar um ataque a fundo contra o padrão de vida dos assalariados e dos *braccianti*, para a redução e congelamento de salários, para a liquidação, de fato, da maioria dos

muito baixos benefícios previdenciários da categoria» (ROMAGNOLI, 1956, p. 111).

O mesmo autor afirma, além disso, que a crise geral da agricultura italiana no segundo pós-guerra era apenas um aspecto da crise geral do capitalismo. Através do Estado, antes em período fascista, depois no período de reconstrução do país, assistiu-se a um processo de restauração capitalista caracterizado por um crescente predomínio dos monopólios (*idem*, p. 110). A agricultura da Emilia-Romagna passou por extensas modificações: uma redução maciça do emprego agrícola e o desenvolvimento da produtividade ao qual seguiram processos de especialização; transformações empresariais em parte relacionadas com a reforma agrária e com projetos de recuperação de terra, especialmente no leste da região, incluindo o desaparecimento da *mezzadria*; a ascensão de empresas a condução familiar como o elemento dominante das estruturas de produção, acompanhado por profundas diferenciações e articulações dessas empresas. «Os processos de integração com a indústria de processamento têm permitido à agricultura regional para manter uma estrutura produtiva e de emprego mais sólida do que o resto do país, e capaz de lidar com outras regiões europeias» (FANFANI, 1992, p. 33). Nos anos 50 e 60 afirmaram-se as cultivações de árvores da fruta, a pecuária, procedeu-se a uma renovação das vinhas, como elementos característicos desta região (*idem*, p. 39). Como escreve o autor Campagnoli:

«No final da Segunda Guerra Mundial, a região foi caracterizada pela formação de um movimento organizado de lutas dos *mezzadri* e dos *braccianti* com base unitária, visando à conquista da terra para aqueles que a trabalhavam diretamente. O conflito econômico, que às vezes assumia as características de um verdadeiro choque de classe, foi apoiado e alimentado pela forte presença do Partido Comunista, que inchava suas filas apoiando as demandas econômicas dessas categorias» (CAMPAGNOLI, 2004, p. 1).

Com a fim da emergência econômica, em parte devida ao desenvolvimento industrial que absorveu a mão de obra excedente no campo, os camponeses deixaram de ser um sujeito perigoso e revolucionário, mas ao mesmo tempo continuou a constituir uma reserva de votos quase exclusivamente a prerrogativa da esquerda, obviamente na vermelha Emilia (*idem*, p. 5)

Conclusão

A percepção da guerra – e as respostas dos trabalhadores a ela – foram diferenciadas entre o Norte e o Sul do país: enquanto no Norte houve um enfrentamento direto dos partisans contra as tropas fascistas e nazistas, no Sul a ocupação alemã não chegou a se consolidar. Em conformidade com aquilo que disse Sereni, a necessidade de resolver os problemas do atraso do Sul fez com que as lutas do norte, que eram evidentemente mais avançadas, se contiveram, no pós guerra, às melhorias pontuais, ao invés de um projeto de transformação geral que era possível dada a força organizativa, política e militar que havia na região setentrional. Neste período, verificaram-se

muitas mudanças nas formas de luta e nas pautas políticas – a extrema repressão contra os militantes e assassinatos dos dirigentes, revelaram a utilização da máquina do Estado contra os trabalhadores, através da polícia e das leis. Isso fez com que a maior parte dos movimentos ficassem traumatizados e seus dirigentes pudessem ser absorvidos pela burocracia estatal, reconformando o bloco agrário sob bases democráticas e unitárias.

A nova planificação da economia organizada por Einaudi e a DC em setembro de 1947, regulamenta a perda da centralidade da agricultura. A industrialização massiva fez com que os camponeses deixassem de ser uma classe politicamente determinante, pois o centro da economia passava a ser constituído na indústria. No Sul, da mesma forma, os *braccianti* tiveram que migrar para o Norte em busca de empregos na indústria, de modo que as pressões pelas pautas camponesas foram sendo diminuídas durante a década posterior. O Plano Marshall, sobretudo no que diz respeito ao empréstimo destinado à reconstrução do país, representava para a DC o critério de manutenção da unidade. A política anticomunista deste partido, que representava os interesses da burguesia católica, se desenhava no sentido de aceitar as regras impostas pelos EUA, da especialização da economia, planos de importação e favorecendo as articulações para a participação da Itália nos organismos multilaterais. Togliatti, que sofreu um atentado depois de se opor ao Plano Marshall, termina defendendo a manutenção do partido no governo, a despeito da política econômica, e as linhas minoritárias – que discordavam da política togliattiana – tiveram pouca expressão.

Para concluir, entendemos que naquele período – sobretudo no norte – dada a capacidade organizativa do proletariado urbano e rural, havia possibilidade de proceder a uma mudança qualitativa no regime, que foi impedida em primeiro lugar pelas constantes e violentas repressões contra os insurgentes, pelos processos de mudança econômica que fizeram com que o campo não fosse mais uma área central à produção, pela renúncia do PCI em protagonizar um projeto de revolução socialista e a sua adesão contraditória à socialdemocracia, e por fim, pela consequente dependência política e econômica dos EUA. No sul, assistiu-se a um afastamento entre as massas e a direção do partido, estes últimos, passando a compor os quadros da burocracia de Estado e aproximando-se teórica e politicamente dos liberais, defendendo as propostas destes últimos, pelo acordo, imposição ou pela abstenção.

Referências bibliográficas

ARBIZZANI, Luigi. *Lotte ed organizzazioni sindacali dei lavoratori bolognesi dal 1922 alla Liberazione*, em *La Resistenza in Emilia-Romagna*, Numero único della Deputazione Emilia-Romagna per la storia della Resistenza e del movimento di Liberazione, Imola: Galeati, 1966, p. 17-44.

BERNARDI, Emanuele. *Il PCI e la DC di fronte alla riforma agraria: un “dialogo” interrotto*

- (1944-47). In: *1945-1946 – Le origini della Repubblica*, a cura de G. Monina, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2008, p. 277-308.
- CAMPAGNOLI, Monica. Iniziativa sociale ed impegno politico: la cooperazione bianca in Emilia Romagna tra il secondo dopoguerra e la ripresa economica. *Rivista Storia e Futuro* Bologna: n. 5, Ottobre 2004.
- CANDELORO, Giorgio. *Il movimento cattolico in Italia*. Roma: Riuniti, 1982.
- DONDI, Mirco. *Il conflitto sociale dagli albori della sindacalizzazione alla trasformazione delle campagne*, in *Le campagne. Conflitti, strutture agrarie associazioni*, a cura di Mirco Dondi e Tito Menzani. Bologna: Edizioni Aspasia, 2005.
- D'ORSI, Angelo. *L'Italia dell'idee*. Torino: Mondadori, 2011.
- FORTI, Carla, *Lotte mezzadrili dell'immediato secondo dopoguerra*, Centro per la Didattica della Storia, Quaderno n. 7, a cura di Donatella Carpita e Carla Forti, Pisa, maggio 2004
- GELLI, Giuseppe. Appunti sul movimento operaio, sull'antifascismo e sulla Resistenza ferrarese. In: *La Resistenza in Emilia-Romagna*, Numero unico della Deputazione Emilia-Romagna per la storia della Resistenza e del movimento di Liberazione, Imola: Galeati, 1966, p. 5-15
- GIORGETTI, Giorgio. *Contadini e proprietari nell'Italia moderna*. Rapporti di produzione e contratti agrari dal secolo XVI a oggi. Torino: Einaudi, 1974.
- JEMOLO, Arturo Carlo. *Chiesa e Stato in Italia*. Torino: Einaudi, 1977.
- MARCHETTI, Monica. *L'Emilia Romagna nella guerra di liberazione*, em Azione operaia contadina di massa, Bari: De Donato, 1976.
- PRETI, Domenico. *Per una storia agraria e del malessere agrario nell'Italia fascista: la battaglia del grano*, in *Le campagne emiliane in periodo fascista. Materiale e ricerche sulla battaglia del grano*, Annale 2, a cura dell'Istituto regionale per la storia della resistenza e della guerra di liberazione in Emilia Romagna, 1981-1982, Bologna.
- PROCACCI, Giuliano. *La lotta di classe in Italia agli inizi del secolo XX*. Roma: Riuniti, 1972.
- ROMAGNOLI, Luciano. *La battaglia dei braccianti per il lavoro e per la terra*, in *Rassegna Sindacale*, Anno II, 29 febbraio 1956.
- SERENI, Emilio. *Capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1975.
- TONIOLO, Gianni. *Lo sviluppo industriale: storia economica*.
- TORTORETO, Emanuele. *Lotte agrarie nella valle padana nel secondo dopoguerra. 1945-1950*. em «Movimento operaio e socialista», 1967, 13.
- ZANGHERI, Renato. *Agricoltura e contadini nella Storia d'Italia*. Torino: Einaudi, 1977.